

## REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DO EMPRESARIADO RURAL BRASILEIRO

Renata Rastrelo e Silva\*

ORTEGA, Antônio César. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Prefácio: José Graziano da Silva. Uberlândia: EDUFU, 2005, 270p.

Antônio César Ortega desenvolve trabalhos acerca do tema da agricultura, do agronegócio, das políticas públicas para o campo. É graduado em economia, mestre em Teoria Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas e doutor em Economia pela Universidade de Córdoba na Espanha. É professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal de Uberlândia.

**Agronegócios e representação de interesses no Brasil** é uma importante contribuição para refletirmos sobre a nova configuração que a agricultura vem tomando, principalmente após o processo modernizador do campo ocorrido no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Esse processo, feito mediante a coordenação e o incentivo do Estado brasileiro buscando aliar o desenvolvimento da agricultura ao desenvolvimento da economia como um todo, modificou paulatinamente o espaço agrário brasileiro, expulsando muitos daqueles que viviam no meio rural para as cidades. Além disso, nos últimos anos, o campo deixou de ser só o lugar da atividade agropecuária e se tornou também um espaço de moradias de finais de semana, de lazer, de turismo.

Nas últimas décadas, a agricultura tem passado por um processo de integração aos CAIS (Complexos Agroindustriais) – os

---

\* Aluna do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (Mestrado). Bolsista CNPq.

quais incluem a produção agropecuária, a indústria de bens de produção para a agricultura e a de transformação da produção, a comercialização -, ou seja, tem ocorrido a integração econômica dos vários elos da cadeia produtiva. Tem passado também por um processo de especialização que fez com que as organizações de representação unitária deixassem de [...] “*ser as grandes e exclusivas protagonistas do patronato rural brasileiro para se transformarem em partícipes do conjunto das entidades de representação e intermediação de interesses.*” (p.59). Segundo Ortega (p.79), o que tem ocorrido entre os agricultores mais “modernos” é a tendência às associações setoriais, sejam elas por produto ou interprofissionais. O autor fala, então, dessa tendência à representação especializada em detrimento da representação unitária que tem como forte exemplo os sindicatos rurais.

Assim, mediante esse intenso desenvolvimento do capitalismo no campo, as organizações representativas do empresariado rural brasileiro se modificaram e se modificam, a fim de atender às novas exigências que lhes são colocadas por uma economia que é voltada para o mercado. A fim de discutir as transformações ocorridas no sistema de representação de interesses patronais na agricultura brasileira, o autor estruturou o livro em 7 capítulos.

O capítulo 1 trata mais especificamente da base teórica que orienta o autor nesse trabalho, o neocorporativismo. A partir do processo de industrialização do campo, as organizações de caráter unitário perdem a razão de ser e ganham força as organizações setoriais e as interprofissionais.

O modelo de neocorporativismo na agricultura moderna resulta do processo de integração e industrialização agrária, pois este modifica o sistema de representação de interesses agricultores para torná-lo compatível com as transformações econômicas. Tal procedimento leva a agricultura a se integrar verticalmente à indústria. (p.45).

No capítulo 2, intitulado **A representação de interesses patronais na agricultura brasileira**, Ortega faz uma análise do

processo de transformação da representação de interesses patronais na agricultura ao longo do século XX - dando ênfase às décadas de 1970 e 1980 - que passa a contar com sistemas de representação neocorporativista.

O capítulo 3 tem por objetivo analisar algumas experiências de associativismo agrário de países da União Européia, sendo eles, Dinamarca, França, Holanda e Grã-Bretanha, nos quais se destacam organizações interprofissionais, as quais visam atender os interesses comuns dos vários grupos ligados a um complexo agroindustrial, ou seja, tanto produtores rurais quanto industriais.

O capítulo 4 trata das transformações no associativismo da cafeicultura brasileira. O autor trabalha nesse capítulo, de forma mais incisiva, a forma como se deu criação do CACCER (Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado), uma associação que tem por objetivo representar os diversos interesses dos cafeicultores da região. Segundo Ortega (2005, p.159-170), a partir da década de 1960, ocorreu uma política de modernização da cafeicultura nacional que objetivava eliminar os cafezais de baixa produtividade e, dentro dessa política, o cerrado mineiro passou a ser alvo central de incentivo à cafeicultura. E, nesse sentido, a introdução do café na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba demandou a transformação da produção e do padrão tecnológico empregado nessa cultura, o que levou a cafeicultura dessa região a ser altamente desenvolvida, tanto no que diz respeito aos aspectos econômicos, quanto aos do associativismo, como lembra Ortega. A partir desse processo de especialização da cafeicultura do cerrado surgiu uma nova forma de gestão e de regulação desse setor, ou seja, foi surgindo a necessidade de filiação a organizações especializadas e não mais às de caráter unitário.

O capítulo 5, intitulado **Representação econômica e coordenação na cadeia produtiva da pecuária bovina**, tem como objetivo

[...] analisar a atual tendência de formação de parcerias mercadológicas entre os componentes da cadeia produtiva da carne

bovina – indústria de insumos, produtores rurais, agroindústrias de carne (frigoríficos) e distribuidores (açougues e supermercados) - que pode melhorar as condições de oferta do produto nacional no mercado mundial de carne bovina.(p.83).

O autor analisa, então, o intenso processo de inserção de tecnologias no meio rural e concomitante a isso as transformações no gerenciamento, nas formas de organização que objetivam uma maior competitividade da carne nacional. Nesse capítulo, o autor utiliza como estudo de caso a constituição do **Núcleo de Produtores de Novilho Precoce de Minas Gerais**, que promove parcerias entre os diversos elos da cadeia produtiva desse complexo. Essa associação surgiu porque os criadores viram a necessidade de organizar uma associação que os congregasse, no caso uma organização interprofissional, em virtude das novas exigências feitas por parte de frigoríficos e de varejistas para que se tenha carne de qualidade e que sua oferta seja regular. (ORTEGA, 2005, p.183-194).

No capítulo 6, **A nova forma de governança dos recursos hídricos e o impacto sobre o meio rural**, o autor analisa dois casos de constituição de comitês de bacias hidrográficas – a Bacia do Rio Paranaíba, de âmbito federal e a Bacia do Rio Araguari, de âmbito estadual -, que lhe possibilitaram analisar a participação da representação de interesses rurais no espaço de gestão dos recursos hídricos, na medida em que a água é fundamental para a agricultura, principalmente para a modernizada que utiliza técnicas de irrigação e, nesse sentido, tem-se a importância dos representantes do meio rural nesses comitês.

O capítulo 7, **Balances e perspectivas da representação de interesses no agronegócio brasileiro**, é um capítulo de caráter conclusivo, no qual o autor sistematiza as idéias debatidas ao longo dos outros seis capítulos:

Paralelamente ao processo de desenvolvimento capitalista e à expansão das relações de mercado, ocorreram transformações importantes nas formas de articulação da sociedade civil e nos

sistemas de intermediação entre os grupos diversos de interesses, e entre estes e o Estado. (p.245).

Como bem podemos perceber, o objetivo do livro é analisar as transformações ocorridas na representação de interesses no agronegócio brasileiro mediante o intenso desenvolvimento do meio rural brasileiro, e o autor faz isso de forma clara, num texto conciso e bem articulado, que permite ao leitor ter uma ampla visão de processos que são tão complexos.

Apesar de não ser objetivo do autor discutir especificamente a agricultura familiar, ele toca nessa questão no último capítulo, falando justamente dos desafios que essa agricultura tem enfrentado nas últimas décadas, apresentando como possível solução a sua organização, a fim de atender às exigências do mercado. Essa é uma idéia apontada pelo autor e que deve ser debatida em outros trabalhos, na medida em que os problemas enfrentados pela agricultura familiar enfrenta são amplos e têm a ver com questões políticas, econômicas e sociais que privilegiam historicamente os grandes produtores rurais e não os pequenos. A questão é complexa e Ortega nos coloca a necessidade de analisá-la e, para isso, acredito que devemos levar em conta as experiências desses agricultores, suas escolhas, suas expectativas, suas dificuldades, seu desejo ou não, suas possibilidades ou não de se inserirem no mercado.

Enfim, o livro **Agronegócios e representação de interesses no Brasil** é uma importante contribuição para discutirmos o meio rural brasileiro, na medida em que muitos trabalhos têm sido feitos sobre as associações de trabalhadores rurais, suas organizações, suas lutas. Porém existe um outro componente desse processo, o qual Ortega nos traz, ou seja, as classes patronais, as quais também se organizam, e de forma muito efetiva na defesa de seus interesses. Nesse sentido, o livro permite avançarmos na discussão da sociedade classista na qual vivemos em que existem diferentes interesses em conflito.